MUSEUS E "APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA" – É POSSÍVEL PENSÁ-LOS, FAZÊ-LOS, SUSTENTÁ-LOS?[1]

por

Florbela Estêvão[2]

Resumo: Esta comunicação visa refletir sobre o papel dos museus – tomados em sentido amplo – na sociedade contemporânea, em crescente processo de globalização, onde as assimetrias de toda a ordem são cada vez mais acentuadas. Por isso, os museus enfrentam hoje, nela, constantemente novos desafios, devendo assumir neste contexto de forma clara o seu papel político, levando-nos a pensar de que modo podemos com eles contribuir para uma vivência mais democrática e inclusiva, onde todos os cidadãos possam ter um papel ativo, e não sejam meros visitantes e espectadores de coleções e narrativas museológicas feitas por especialistas.

Palavras-chave: Museus; Cidadania; Democracia.

Abstract: This paper aims to think the role of museums – considered in a broad sense – within contemporary society, as an increasingly globalized world, characterised by all kinds of crescent asymmetries. Consequently, museums face today permanently new challenges in this context where they must clearly assume their political role, leading us to consider how we can contribute through them to a more democratic and inclusive societal life, in which all citizens could be able to play an active role, being not mere visitors and spectators of museum collections and narratives produced by museum experts.

Keywords: Museums; Citizenship; Democracy.

O título e conteúdo da minha comunicação envolve dois conceitos básicos muito gerais, o de *museu*, e o de *democracia*, ambos mutuamente relacionados, e partilhando a mesma característica: há séculos que são debatidos, e parece que nunca se disse sobre eles a última palavra, se é que tal teria sentido: são sempre questões em aberto e em mutação.

---

[1] Comunicação apresentada ao *II Fórum Ibérico de Investigação em Museologia*, Lisboa, dezembro de 2018.

[2] Investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea – FCSH-UNL. Mestre em Museologia pela FLUP. Sócia da SPAE. Contacto email: florestevao7@gmail.com.

Falar de ambos é evidentemente falar de *política*, de tal modo o museu se tornou central na vivência cidadã, e de tal modo espelha, de diferentes maneiras, uma intenção, um programa, uma proposta de fruição comum da polis, do espaço público, e consequentemente do modelo de sociedade que lhe subjaz, que nela se concretiza, ou das utopias que ela gera.

E, portanto, a minha comunicação envolve também dois problemas: está a democracia – e qual democracia? Que pretendemos dizer com essa palavra?... – hoje em perigo? Ou está estabilizada pelo menos em certos países, e, em qualquer caso, é possível "aprofundá-la"? Tem algum sentido essa própria afirmação, que se tornou usual, mesmo sob a forma de interrogação?

A clássica definição "oficial" de museu, do ICOM[3], é de todos nós bem conhecida: "O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que adquire, conserva, estuda e transmite o património material e imaterial da humanidade e do seu meio-ambiente para fins de estudo, de educação e de deleite."[4] Como todas as definições destinadas a obter consenso mundial tão amplo quanto possível, é algo restritiva, algo "conservadora", se quisermos. Para além de ser uma instituição, o museu é, de facto, a materialização de toda uma tendência social, um fenómeno sociológico, ao mesmo tempo comum e diversificado. Um sintoma do mundo em que vivemos.

Por mim, pois, entendo aqui "*museu*" numa acepção muito ampla, que inclui toda a parcela de realidade que foi subtraída ao uso corrente, funcional, da vida quotidiana contemporânea, para, depois de delimitada e categorizada em termos de valor e de estatuto jurídico, ser alvo de conservação e de fruição pública, a nível cultural, no sentido mais amplo da palavra cultura.

---

[3] Proposta na conferência trienal, em Viena, em 2007, cf. por exemplo Mairesse, prefácio de Anne-Catherine Robert-Hauglustaine.

[4] Contudo, atualmente está em análise, pela comunidade de museólogos, uma proposta de nova definição de museu, que alguns criticam no sentido de ser mais uma visão e não tanto uma definição genérica que acentua o museu como instituição que deverá promover a democracia, a participação, a polifonia, etc.:

> "Os Museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifónicos, orientados para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e lidando com os conflitos e desafios do presente, detêm, em nome da sociedade, a custódia de artefactos e espécimes, por ela preservam memórias diversas para as gerações futuras, garantindo a igualdade de direitos e de acesso ao património a todas as pessoas. Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes; trabalham em parceria ativa com e para comunidades diversas na recolha, conservação, investigação, interpretação, exposição e aprofundamento dos vários entendimentos do mundo, com o objetivo de contribuir para a dignidade humana e para a justiça social, a igualdade global e o bem-estar planetário." *In* <icom-portugal.org/2019/08/16/nova-definicao-de-museu/>.

Tal implica, pois, por um lado, uma faceta defensiva – uma certa forma de paragem do tempo (entendido como fator de provável degradação) da coisa ou lugar musealizados, e um processo de nova categorização dessa mesma "coisa" e seu isolamento, proteção, salvaguarda e eventual arquivamento do que é ou contém (armazenamento em condições que facilitem a sua posterior recuperação, localização, através de um código, de uma classificação, de um arquivo). Tal como uma biblioteca ou qualquer outro acervo de informação conservada, o museu é de facto um *arquivo*, no sentido geral desta palavra. E a nossa sociedade é "febril" (para usar uma imagem de Derrida, 1998) relativamente ao desejo de arquivar, de guardar, de preservar.

E, por outro lado, o museu possui obviamente uma faceta ativa, de vontade de atração de públicos e de enriquecimento cultural e fruição destes através sobretudo da contemplação, individual e coletiva, mas também cada vez mais por via de formas participativas por parte do público. É esse obviamente um dos sentidos em que ele se cruza com a ideia, certamente utópica, de democracia.

Na verdade, os museus de todo o tipo têm proliferado, e concomitantemente as realidades que eles abarcam são cada vez mais abrangentes, absorvendo parcelas de realidade progressivamente mais extensas e diversificadas, e evoluindo nas suas premissas teórico-programáticas. Desde a nova museologia, a eco-museologia, a museologia crítica, etc., etc., que o museu se tornou uma realidade que, sobretudo ao nível local, tem procurado a interação das comunidades em que se insere, visando ultrapassar a imagem de uma realidade fechada, vedada (edifício urbano, ou espaço natural), cujo conteúdo seria definido e mantido apenas por "especialistas".

Neste sentido amplo, "museu" praticamente confunde-se com "*património cultural*" (sobretudo material, porque diz respeito a objetos ou espaços mais ou menos diminutos ou amplos, mas também imaterial, como é evidente, porque implica vivências), sendo que também aquele aspecto "cultural" não pode nunca ser separado do "natural" (paisagens, por exemplo) na medida em que uma "natureza" intocada pelo homem é um conceito sem sentido real, não correspondendo a qualquer realidade existente num mundo globalizado, antropizado, e altamente tecnológico como o nosso. Podíamos mesmo acrescentar: com a internet, o digital, e sobretudo a Inteligência Artificial, o mundo hoje – e com ele por certo os museus – estão a ser desafiados para uma transformação que é das maiores da história da humanidade, certamente comparável à chamada "revolução neolítica" ou à designada "revolução industrial", e possivelmente ainda muito mais radical do que elas (cf. Pereira, 2019).

A realidade dos museus, locais, regionais, nacionais, ou, mesmo, transnacionais (há museus bem conhecidos que já têm "filiais" noutros pontos do mundo,

ou que, estando em centros de prestígio, e pelo seu acervo, atraem todos os dias pessoas vindas de todo o planeta) está pois em constante proliferação, revelando a sua importância na sociedade contemporânea, considerando-os alguns, já a partir do século passado, como os novos locais de culto de uma religião laica.

Tal parece um paradoxo, mas é mais provável que se trate, antes, das duas faces da mesma moeda. De facto, à medida que a sociedade se laiciza, que perde referências transcendentes, em suma, que tudo se torna efémero, imanente, não representarão os museus, como outras "máquinas de memória", ou a proliferação dos "eventos culturais", precisamente a compensação de que as pessoas precisam para a sua vida agitada e, em grande medida, desprovida de sentido, para o famoso "desencantamento" próprio da vida moderna e pós-moderna?...

A verdade é que, por mais que os museus nos cansem, ou de algum modo nos frustrem, nas visitas rápidas que a maior parte das vezes lhes consagramos, uma das primeiras coisas que fazemos quando nos acercamos de uma nova cidade é perguntar pelo museu.

Assim, por toda a parte, aquilo que não se descarta para o lixo ou que não é alvo de demolição, ou de ocupação por novos usos funcionais, aquilo que escapa a essa funcionalização, tende hoje a ser transformado em museu, encarado como elemento de prestígio e fomentador de novas sociabilidades e identidades. Uma outra forma de rentabilizar o espaço.

Na medida que em consagra (para alguns, sacraliza mesmo) uma zona, uma área, um território, um edifício, uma coleção, um conjunto de objetos como património coletivo circunscrito no território, e separado da utilização funcional quotidiana desse espaço, a musealização sacraliza ou volta a sacralizar o que era muitas vezes banal ou profano (cf. sobre o conceito de profanação, Agamben, 2006).

Assim por exemplo, uma cidade património mundial da UNESCO não é evidentemente no seu conjunto um museu, pois nela continuam a viver muitas pessoas que fazem a sua vida comum, com todos os seus serviços, mas já uma parte "histórica" dessa cidade, gentrificada e apartada de qualquer funcionalidade que não seja sobretudo a contemplação/fruição por visitantes, pode ser considerada um museu: por exemplo, o núcleo histórico de Cáceres, Espanha, onde, entre hotéis de prestígio e até um museu no sentido mais restrito, circulam fundamentalmente visitantes, ou turistas, além do movimento ligado a essas atividades. Esse processo de gentrificação está a acontecer, como sabemos, em muitas das nossas cidades.

Nada disto se pode separar, evidentemente, do que é hoje a maior indústria do mundo, o *turismo*, ligado à sociedade de consumo e à banalização da viagem, da deslocação, e do chamado direito ao lazer, e, por outro lado, da vontade que tem cada localidade ou região, e cada tipo de produto, de se constituir como *marca*,

como identidade procurada, como selo atrativo de pretendida autenticidade, enfim, como meio de atrair oportunidades de negócio e de desenvolvimento entendido sobretudo no plano económico-financeiro.[5]

Neste contexto amplo – em que proceder à musealização de alguma coisa, lugar, etc., corresponde a separar espacialmente essa realidade do funcional e de criar com essa entidade separada um "mundo à parte", de cultura, lazer, desaceleração, contemplação, arte, beleza, felicidade enfim – seria em princípio, creio, muito importante a participação pública, na medida em que o museu é um elemento patrimonial por excelência. Fundamental, em princípio, para o nosso bem-estar, para a nossa qualidade de vida individual e coletiva.

Mas, quem é este "nós", este pretenso coletivo em nome do qual a realidade museológica se construiria, sobretudo nas grandes aglomerações urbanas? Na verdade, mais que uma realidade muito diversificada, como é óbvio, com interesses e expectativas relativamente aos museus extremamente variados, esse "nós" é composto por entidades frequentemente discordantes e contraditórias, e mesmo opostas umas às outras. O espaço, como mercadoria altamente valiosa, e em particular o museu, como entidade identitária e marca de um certo poder, são lugares de disputa, sobretudo nas grandes megapolis contemporâneas, como todos sabemos, sobretudo num contexto neoliberal em que as desigualdades se acentuam de maneira exponencial.

Não apenas por razões estritamente económicas, mas também por motivos muito mais subtis de classificação de estatutos e comportamentos, que no fundo radicam em fragmentação, em exclusão, em guetização, as massas populacionais, nas grandes urbes, mais facilmente se dirigem para um estádio de futebol ou outro entretenimento "fácil" do que para um museu, a não ser que este represente, por si só, uma *marca de distinção*, e a sua visita esteja conotada com a aquisição mais ou menos idealizada de um capital simbólico que se pretende obter.

Mas pode haver um abismo entre essa frequência "prestigiante", recordada e comprovada em selfies, e uma vivência incorporada e informada de qualquer conteúdo observado no interior desses espaços, que agora se tornou "obrigatório" visitar. Mais que nunca, se aplica aqui a máxima de que quantidade não é qualidade.

Como superar estas contradições e profundas limitações do turismo de massas? Quem avalia, e como, o verdadeiro êxito do trabalho de ação educativa que o museu pode proporcionar? Como ampliar – considerando essa diversidade,

[5] Hoje, a produção é menos a da grande indústria pesada do passado, e cada vez mais a de produtos leves e de sobretudo de alta tecnologia e rendimento, havendo uma certa "desmaterialização" da própria economia, ligada ao capital financeiro e às multinacionais especializadas na rentabilização de serviços.

essas contradições, e a própria panóplia imensa de realidades que o conceito de museu abrange – as formas de participação pública na construção e na sustentação desse bem coletivo?

A *educação* (no sentido de apuramento e partilha do gosto, da sensibilidade, do conhecimento, do saber fazer), questão central da sociedade democrática, é também a questão central do museu, a qual desejo aqui invocar, consciente que estou de que se trata de tema desde sempre debatido, mas que continua sempre atual; e que questionar é muito mais importante do que, taxativamente, responder – porque questionar é abrir e responder é fechar.

Realmente, não se trataria tanto de educar as pessoas no sentido tradicional de mestre-discípulo, mas de promover um processo de educação inclusivo, em que todos aprendessem com todos, sendo o museu o cenário dessa experiência partilhada. Pois que é elementar ter presente que o museu não é apenas um problema técnico, ou financeiro, ou puramente cultural, mas obviamente, e como disse antes, político.

Assim, ele levanta então a questão fundamentalmente política de qual a capacidade, e desde logo a competência, das populações – tanto locais como de visitantes comuns externos – de interferirem nas opções que são tomadas neste domínio aos vários níveis, tanto da criação de museus como dos seus programas. Nomeadamente num mundo globalizado, em que pessoas dos mais diferentes países, culturas, ideologias, acedem aos museus estrangeiros como puros visitantes fugazes, e nada têm a ver com comunidades estáveis e próximas, para quem o museu significasse um lugar de encontro e de partilha duradoura de experiências, de construção de identidades, e mesmo de criação ou recriação de tradições, que fortificassem o laço social e as relações solidárias. Isso é cada vez mais difícil, porque o local e o global se interpenetram por toda a parte.

Entramos aqui num campo muito sensível, porque propício ao regime da opinião, que muitas vezes não é fundamentada em nada mais do que opções afetivas ou ideológicas, mais ou menos inconscientes até, porque têm a ver com o valor que cada um(a) dá a algo que valoriza como elemento memorial, que quer furtar à destruição inexorável, e deseja proteger como algo precioso, eventualmente tornando-o de utilidade mais ou menos partilhada.

Quer dizer, num mundo conturbado como o nosso, onde aumentam as desigualdades sociais e a violência, como sustentar ainda a ideia de museus que sejam realidades ao lado da democracia, fomentadoras de comunidade? Eis a questão, que nos leva para o conceito de democracia. E esse, é controverso, porque democracia é, ao mesmo tempo, um *modelo de constituição do corpo político*, e uma *técnica de governo*, um modo de gestão puramente administrativo.

Giorgio Agamben (VV.AA., 2009, pp. 9-13) chama a atenção para o facto da sutura, ou ligação desses dois aspetos, não ser mais possível, num contexto em que o poder supremo que os uniria (e que os gregos designavam kyrion) se perdeu, e em que ao mesmo tempo a soberania popular se esvaziou de sentido, dando lugar ao puro governo burocrático dos gestores. Para Agamben, esse kyrion, agora vazio, é o ingovernável; e por isso a disputa nas sociedades de classes é constitutiva das mesmas, como Marx bem viu, e só tende a agravar-se nas condições que o neoliberalismo impõe e globaliza.

Nestas, o museu torna-se cada vez mais instrumental, e não foco, ou ator, de verdadeira transformação significativa da realidade existente. Essa impotência é muitas vezes coberta, consciente ou inconscientemente, com o véu diáfano do discurso das belas intenções, com a retórica a que já estamos habituados.

Assim, visitemos museus, cada vez mais, com a prévia consciência, lúcida e irónica, de que assistimos a uma qualquer variedade de encenação, e, portanto, com a distância crítica que se impõe como inevitável.

ALGUMA BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio (2006), *Profanações*, Lisboa, Livros Cotovia.

DERRIDA, Jacques (1998), *Archive Fever: A Freudian Impression*, Chicago, University of Chicago Press [há nova edição de 2017].

MAIRESSE, François (dir.) (2016), *Nouvelles Tendances de la Muséologie*, Paris, La Documentation Française.

PEREIRA, Luís Moniz (2019), "A machine is cheaper than a human for the same task", *AI & Society (Journal of Knowledge, Culture and Communication)*, vol. 34 (1) (no prelo).

JORGE, Vítor Oliveira (dir.) (2018), *O Pensamento, Hoje, Ainda tem Efeitos Práticos? Ainda Podemos Pensar a Democracia como Algo ao Nosso Alcance?*, Lisboa, IHC-FCSH-UNL (ebook consultável em: <http://ihc.fcsh.unl.pt/pensamento-hoje/>) [ver sobretudo artigo do coordenador do volume, "É possível conceber um futuro pós-neoliberal?", pp. 160-175].

VV.AA. (2009), *Démocratie, Dans Quel État?*, Paris, La Fabrique éditions.